— *Efeito vinculante de decisão do Supremo Tribunal suspende eficácia de decisões de tutela antecipada contra Fazenda pública.*

Reclamação n. 886

Despacho do Relator

RECLAMAÇÃO N. 886-9 — medida liminar(1644)

Proced.: Distrito Federal

Relator: Min. Sydney Sanches

Recle.: União Federal

Adv.: Advogado-Geral da União

Recldo.: Juiz Federal Substituto da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

DECISÃO: 1. *UNIÃO FEDERAL* ajuizou a presente RECLAMAÇÃO contra ato do Min. Juiz Federal Substituto da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. JOÃO CARLOS MAYER SOARES, alegando e pleiteando o seguinte (fls. 2/7):

“A *UNIÃO*, pessoa jurídica de direito público com sede em Brasília, Distrito Federal, representada por seu Advogado-Geral (art. 4º, III, Lei Complementar n. 73/93), doc. n. 01, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 102, inciso I, letra I, da Constituição Federal, artigos 13 a 18, da Lei n. 8.038/90, e 156 e seguintes do RISTF, propor a presente RECLAMAÇÃO

em face do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Substituto da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. João

Carlos Mayer Soares, pelos seguintes fatos e fundamentos:

I — OS FATOS

MARLOUVE

MORENO SAMPAIO SANTOS e outros, todos eles membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, ajuizaram AÇÃO ORDINÁRIA, com pedido de antecipação de tutela, contra a UNIÃO (doc. n. 02), invocando normas contidas nos artigos 168 e 128-1, “c”, da CF, que teriam sido violadas pelo art. 21, das Medidas Provisórias de nºs. 434, 457 e 482, que tratam da conversão de salários, de URV para REAL. Sustentaram que por força das disposições contidas na Lei n. 8.880/94, e considerando que os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público recebem seus vencimentos antes do término do mês de com-

*petência, tiveram uma diminuição real de 11,98% em seus salários, posto que não res-
peitada a data do efetivo pagamento para a
conversão de seus vencimentos.*

2. A ação referida no item anterior recebeu o número 1997.34.00.034693-0, cujo pedido está assim consubstanciado:

“Ante o exposto, requer-se a V.Exa.:

a) na forma do pedido anterior, a concessão de tutela antecipada, inaudita altera parte, nos termos do artigo 273 do CPC;

b) ...(...)...”

3. Em sede de tutela antecipada, requerida pela autora, assim decidiu o MM. Juiz reclama-
do (doc. n. 03), confirmando a tutela ante-
riormente concedida:

“Ex positis, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PRO-
CEDENTE O PEDIDO, para RECONHE-
CENDO, a partir de abril de 1994, a redução
nominal dos valores percebidos, a título de
vencimento/provento/pensão, pelos Autores,
DECLARAR, incidenter tantum, a inconstitu-
cionalidade do art. 22, § 7º, alínea b, da Lei
n. 8.880, e dos arts. 21, § 8º, da MP nº 457,
e 21, § 8º, da MP nº 482, e DETERMINAR
à Ré, na figura do Exmo. Sr. Diretor-Geral do
Ministério Público do Distrito Federal e Ter-
ritórios, CONFIRMANDO a tutela jurisdicio-
nal concedida initio litis, que PROCEDA ao
recálculo dos vencimentos, proventos e pen-
sões dos Autores, retroativamente a abril de
1994, ou em relação àqueles que tomaram
posse em data posterior, a partir do efetivo
exercício, tomando por base a URV da data
do efetivo pagamento do mês de competência
— entendendo-se este como sendo o dia da
transferência dos recursos orçamentários
para o(s) banco(s) depositário(s) das contas
dos Autores — e CONDENAR à Ré ao paga-
mento das respectivas diferenças pretéritas.
(...)...”

II — CABIMENTO DO PEDIDO

4. A Lei n. 9.494, de 10 de setembro de
1997, determina em seu artigo 1º, que “apli-
ca-se à tutela antecipada prevista nos artigos
273 e 461 do Código de Processo Civil o
disposto nos arts. 5º e seu parágrafo e 7º da
Lei n. 4.348, de 26 de junho de 1964, no art.
1º e seu parágrafo quarto da Lei n. 5.021, de

9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da
Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992”.

5. A constitucionalidade do art. 1º, da Lei
n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, restou
reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal,
ao conceder o provimento cautelar requerido
na ADC N. 4-DF, decisão colhida por expres-
siva maioria, assim sumulada na Ata de Jul-
gamentos do Plenário:

“O Tribunal, por votação majoritária, de-
feriu, em parte, o pedido de medida cautelar,
para suspender, com eficácia ex nunc e com
efeito vinculante, até final julgamento da
ação, a prolação de qualquer decisão sobre
pedido de tutela antecipada, contra a Fazen-
da Pública, que tenha como pressuposto a
constitucionalidade ou a inconstitucionalida-
de do art. 1º da Lei n. 9.494, de 10/9/97,
sustando, ainda, com a mesma eficácia, os
efeitos futuros dessas decisões antecipatórias
de tutela já proferidas contra a Fazenda Pú-
blica, vencidos, em parte, o Ministro Néri da
Silveira, que deferia a medida cautelar em
menor extensão, e, integralmente, os Minis-
tros Ilmar Galvão e Marco Aurélio, que a
indeferiam.”

6. Ao analisar o conteúdo desse pronuncia-
mento da Suprema Corte, Vossa Excelência,
ao julgar prejudicado o pedido posto pela
UNIÃO na PETIÇÃO n. 1.402-5 — Mato
Grosso do Sul (doc. anexo, n. 04), deixou
assentada a seguinte conclusão, entre outras:
“... b) inibe a prolação por qualquer Juiz ou
Tribunal, de ato decisório sobre o pedido de
antecipação de tutela que, deduzido contra a
Fazenda Pública, tenha por pressuposto a
questão específica da constitucionalidade, ou
não, da norma inscrita no art. 1º da Lei n.
9.494/97; c) ... d) estende-se às antecipações
de tutela, ainda não executadas, qualquer que
tenha sido o momento da prolação do respec-
tivo ato decisório”.

7. A propósito do cabimento da Reclama-
ção, em face de decisão judicial proferida em
desrespeito ao preceito jurisdicional ditado
pela Suprema Corte, Vossa Excelência, no
julgamento referido no item anterior, obser-
vou:

“Cabe advertir, por necessário, que o even-
tual descumprimento, por Juízes ou Tribu-

nais, da decisão plenária do Supremo Tribunal Federal, especialmente quando proferida com efeito vinculante (CF, art. 102, § 2º), *justificará a utilização de instrumento constitucional da reclamação, mesmo tratando-se de julgamento referente a pedido de medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade.*

É que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao deferir o pedido de medida cautelar na ADC n. 4-DF, expressamente atribuiu, à sua decisão, eficácia vinculante e subordinante, com todas as consequências jurídicas daí decorrentes, inclusive aquelas de natureza processual concernentes ao emprego do instituto da reclamação.

Não se pode ignorar, neste ponto, que uma das funções processuais da reclamação consiste, precisamente, em garantir a autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, consoante tem sido enfatizado pela jurisprudência desta Corte (Rcl. n. 644-PI, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse instrumento formal de tutela, “que nasceu de uma construção pretoriana” (RTJ 112/504), busca, em essência, fazer prevalecer, no plano da hierarquia judiciária, o efetivo respeito aos pronunciamentos jurisdicionais emanados desta Suprema Corte, resguardando, desse modo, a integridade e a eficácia subordinante dos comandos que deles emergem (RTJ 149/354/355), Rel. Min. CELSO DE MELLO).

(...)

Vê-se, portanto, que o interesse público — mesmo reconhecida a prejudicialidade deste pedido — não ficará comprometido e nem se exporá a qualquer situação de risco, precisamente em virtude da possibilidade de imediata utilização, pela entidade estatal, quando for o caso, do instrumento constitucional da reclamação.”

8. Postos os fatos, objetiva a presente RECLAMAÇÃO seja garantida a autoridade das decisões da Suprema Corte (art. 102, I, CF), cujo cabimento está evidenciado nos itens anteriores deste pedido.

III — AFRONTA À DECISÃO DO STF

9. A decisão reclamada foi proferida em manifesto conflito com o pronunciamento do

Supremo Tribunal Federal, cuja integridade e eficácia estão sendo comprometidas. Ora, dispõe o § 4º, do art. 1º, da Lei n. 5.021, de 9 de junho de 1966, aplicável *‘tutela antecipada, por força do disposto no art. 1º, da Lei n. 9.494/97, cuja observância foi determinada pelo STF, no ADC N. 4-DF.*

“Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimento e vantagens pecuniárias” (§ 4º, art. 1º da Lei n. 5.021/66).

Então, o texto da lei é claro quando veda o pagamento, em sede de liminar, de vencimento e vantagens pecuniárias assegurados a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual em municipal. Não há com fugir à indubitosa determinação legal: é vedada a concessão de liminar para pagamento de vencimento e vantagens pecuniárias. A concessão da tutela antecipada, como visto, desrespeita a autoridade do julgado da Corte Suprema, posto estar configurado, inegavelmente, o pagamento de vencimentos a que se refere o § 4º, do art. 1º, da Lei n. 5.021/66.

10. *Ainda que assim não fosse, o que se observa é que a tutela antecipada, na espécie, adiantou a decisão meritória controvertida, concedendo antecipadamente aos autores da ação, em desrespeito à determinação do Supremo Tribunal Federal e ao duplo grau de jurisdição, o pagamento do pleito posto na inicial. Ora, a quaetio juris levada à apreciação do Judiciário diz respeito, precisamente, à alegada redução de vencimentos, que incorre no presente caso, o que ardorosamente vem sendo sustentado pela UNIÃO. Portanto, a antecipação desse mérito, via tutela antecipada, encontra óbice intransponível na lei — art. 1º, da Lei n. 9.494/97 — cuja obediência foi ditada no pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC N. 4-DF.*

IV — PEDIDO

11. Tais as circunstâncias, estando evidenciado o desrespeito à autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal, requer a UNIÃO, liminarmente, seja suspensa a eficácia da decisão reclamada, sustando-se a prática de qualquer ato processual relacionado

com a referida tutela antecipada. Após a aquisição das necessárias informações e ouvido o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, requer a procedência da presente reclamação, para declarar írrita a decisão antecipatória da tutela concedida pelo MM. Juiz Federal Substituto da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proferida nos autos n. 1997-34.00.034693-0, em curso naquele Juízo.

Pede deferimento.

Brasília (DF), 5 de agosto de 1998.

as.) Geraldo Magela da Cruz Quintão

Advogado-Geral da União

as.) Cleber José da Silva

Adjunto do Advogado-Geral.”

2. Com a inicial os documentos de fls. 9/45.

3. Considero satisfatoriamente fundamentado o requerimento de medida liminar, que por isso defiro.

4. Aliás, em situação que coincide com a reproduzida nestes autos, decidiu o eminente Ministro OCTÁVIO GALLOTTI, em data de 30 de abril de 1998, na Reclamação nº 759-7, apresentada igualmente pela União Federal:

“Inegável é a relevância jurídica dos fundamentos da reclamação oferecida contra julgado que, a despeito da decisão do Supre-

mo Tribunal na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4, recusa aplicação ao disposto no art. 1º da Lei nº 9.494-97, determinando, a título de tutela antecipada, o pagamento de vencimento ou vantagens pecuniárias a servidores públicos.

Presente, igualmente, o requisito do comprometimento da eficácia da providência desta Corte que venha a garantir a autoridade de seu julgado, defiro a medida liminar para suspender, até solução definitiva desta reclamação, os efeitos da decisão reclamada, neles compreendida a prática de qualquer ato processual relacionado com a tutela antecipada em questão.”

5. Nos mesmos termos, defiro a medida cautelar requerida nos presentes autos (fls. 6, item IV-11), lembrando que assim também já decidi, na Reclamação nº 754 (D.J.U. de 14.05.1998).

6. Comunique-se por ofício e “telex”.

7. Requistem-se informações (art. 157 do R.I.S.T.F.).

8. Publique-se.

Brasília, 10 de agosto de 1998.

Ministro SYDNEY SANCHES

Relator